



## **PREGÃO ELETRÔNICO**

**50/2026**

**90050/2026 - (Compras.gov.br)**

## **REPARTIÇÃO INTERESSADA**

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Zeladoria

## **OBJETO**

**REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANEJO ARBÓREO, COMPREENDENDO PODA, SUPRESSÃO, TRANSPLANTE E DEMAIS INTERVENÇÕES, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS.**

## **VALOR TOTAL ESTIMADO**

R\$ 3.737.388,48 (três milhões, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos)

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 13/07/2026 às 09 horas (horário de Brasília)

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor preço global

## **MODO DE DISPUTA:**

Aberto

## **TRATAMENTO FAVORECIDO PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 2**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - PROCESSO SEI Nº 3530607.422.00016397/2026-72**

Torna-se público que a **Prefeitura de Mogi das Cruzes**, sediada na Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, nº 277 – Centro Cívico – Mogi das Cruzes – SP, por meio da **Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Zeladoria**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 17.500, de 27 de junho de 2018, com suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 22.435, de 03 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 22.449, de 11 de janeiro de 2024, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

Os regulamentos supracitados encontram-se disponíveis para acesso no endereço eletrônico: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5079/leis-de-mogi-das-cruzes>.

**1. DO OBJETO:**

**1.1.** O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANEJO ARBÓREO, COMPREENDENDO PODA, SUPRESSÃO, TRANSPLANTE E DEMAIS INTERVENÇÕES, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS**, enquadrando-se como fornecimento com entrega parcelada de bens comuns, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será por preço global, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e Termo de Referência quanto às especificações do objeto.

**1.3.** Fica vedada a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, bem como a participação de outros órgãos por meio de Intenção de Registro de Preços (IRP), uma vez que se trata de demanda específica da Prefeitura de Mogi das Cruzes, sendo este o único contratante.

**1.4.** Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item CATSER mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição dos serviços existentes e a utilizada pelo Sistema Compras.gov, deverá prevalecer o estabelecido no Termo de Referência.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS:**

**2.1.** Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes à Administração



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 3**

Municipal, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

**2.2.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura e publicação.

**2.3.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

**2.4.** Além da prorrogação da vigência, poderá ser admitida a renovação do quantitativo, em conformidade com os princípios da publicidade, da transparência e da vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.1.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.2.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.3.** A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.4.** Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual- MEI.



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 4**

**3.5.** Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

**3.5.1.** Serão aplicadas as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

**3.6.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.6.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.6.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.6.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ou documento equivalente, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.6.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.6.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.6.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 5

**3.6.9.** aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

**3.7.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata de Registro de Preços, agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.7.1.** A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.8.** O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.9.** No que concerne aos **itens 3.6.2 e 3.6.3**, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.10.** Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.11.** Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.11.1** Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema,



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 6

---

que:

**4.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.3.2.** não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

**4.3.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos **itens 4.4.1 e 4.4.2** subsequentes.

**4.4.1.** Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

**4.4.2.** Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.4.3.** Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no **item 4.4.1** ou no **item 4.4.2**, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 7**

deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

**4.4.4.** Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**4.4.5.** Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no **item 3.10**).

**4.4.6.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.5.** A falsidade da declaração de que tratam os **itens 4.3 e 4.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**4.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.9.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.10.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 8

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1.** Valor unitário e total do item e valor global

**5.1.2.** Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.2.1.** Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

**5.6.** As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

**5.6.1.** Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

**5.6.2.** Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos





**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 9**

termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**5.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**5.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**5.10.** O descumprimento das regras supramencionadas por parte da detentora da Ata pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato (Ata de Registro de Preços).

**6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

**6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor global .



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 10

**6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,5% (meio por cento)**.

**6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

**6.11.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.11.5.** Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 11

**6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.15.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.18.** Será aplicado nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

**6.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), nos termos do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

**6.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.19.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.19.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

**6.19.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.19.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 12

**6.19.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.19.2.2.** empresas brasileiras;

**6.19.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.19.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.19.3.** Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.19.4.** Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.20.1.** Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

**6.20.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

**6.20.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.20.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.20.5.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 13

confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.20.5.1.** A licitante vencedora deverá apresentar, juntamente com a proposta de preços, planilha de composição de custos detalhada, contemplando todos os gastos com pessoal, equipamentos, insumos, ferramentas, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à execução dos serviços, compatível com o valor global ofertado, para fins de comprovação da exequibilidade da proposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo anexo.

**6.20.6.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

**6.21.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 7. DA FASE DE JULGAMENTO:

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1.** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

**7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**7.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**7.1.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**7.1.5.** Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

**7.1.6.** Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>);



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 14

**7.2.** A verificação em cadastros de sanções alcançará a pessoa jurídica licitante e seus sócios, administradores ou responsáveis legais, apenas quando houver decisão administrativa ou judicial com sanção vigente que imponha a proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput).

**7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º).

**7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º).

**7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

**7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.5 e 4.4** deste Edital.

**7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

**7.6.1.** Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**7.6.2.** Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o **item 7.6**, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do **item 8**.

**7.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 15

**7.7.1.** conter vícios insanáveis;

**7.7.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

**7.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

**7.7.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

**7.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**7.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**7.9.1.** O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**7.9.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.10.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

### **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

**8.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item **8**, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**8.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 16**

Comercial da respectiva sede;

**8.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.4. Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**8.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

**8.9. Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**8.10.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**8.11.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas- CNPJ, com demonstração de que a empresa se encontra ativa;

**8.12.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de





**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 17**

certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**8.13.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (inexistência de débitos em dívida ativa) quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, ou, conforme o caso, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**8.14.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nos termos da Lei Complementar nº 116/2003, relativos aos débitos inscritos em Dívida Ativa.

**8.15.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.16.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.17.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.18.** Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.19.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**8.20.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 18**

---

jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**8.20.1** - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

**8.20.2** - Análise Financeira do balanço patrimonial da empresa do último exercício social, por meio de cálculos de índices contábeis, a saber:

**Índice de Liquidez Geral (ILG)**

$$\text{ILG} = (\text{AC} + \text{RLP}) / (\text{PC} + \text{ELP})$$

**ILG => 1,00 (ILG deverá ser igual ou superior a 1,00)**

**Índice de Liquidez Corrente (ILC)**

$$\text{ILC} = (\text{AC} / \text{PC})$$

**ILC => 1,00 (ILC deverá ser igual ou superior a 1,00)**

**Índice de Endividamento (IE)**

$$\text{IE} = (\text{PC} + \text{ELP}) / \text{AT}$$

**IE =< 0,50 (IE deverá ser igual ou inferior a 0,50)**

**Onde: AC = Ativo Circulante; RLP = Realizável a Longo Prazo; PC = Passivo Circulante; ELP = Exigível a Longo Prazo e AT = Ativo Total**

**8.20.2.1** - Deverá ser apresentada a declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

**8.20.2.2** - Será inabilitada a empresa que não atender aos limites estabelecidos no subitem anterior.

**8.20.3** – Prova de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

**8.20.3.1** - As empresas que atuarem sob a forma de consórcio, deverão ter, em conjunto, o Capital Social ou o patrimônio líquido mínimos no valor e na forma do subitem **“8.12.3”**, acrescido de 30%, conforme disposto no parágrafo 1º, artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, e poderá ser representado pelo valor do Capital Social ou do patrimônio líquido registrados pela empresa líder, se suficiente ou pelo somatório dos valores dos Capitais Sociais ou patrimônios líquidos das empresas que o compõe, na proporção de sua respectiva participação no aludido consórcio, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em Lei.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 19

**8.20.4** - Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante, com prazo máximo de 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

**8.20.4.1** - As empresas com sede no Estado de São Paulo deverão apresentar a **Certidão de Distribuição de Falências, Concordatas e Recuperações** expedida via sistema **e-Saj**, do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)**, e também a Certidão emitida pelo seu sistema **eproc**, denominada "**COMARCAS E TURMAS RECURSAIS (Primeiro Grau) - CÍVEL**", podendo o Agente de Contratação diligenciar a sua complementação, de ofício, exclusivamente quando alguma delas não for enviada pelo licitante;

**8.20.4.1.1** - Sites para a obtenção das certidões do **item 8.20.4.1**, conforme os links disponibilizados pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)** em <https://www.tjsp.jus.br/Certidoes/Certidoes/CertidoesPrimeiraInstancia>:

a) sistema **e-Saj**: <https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do>

b) sistema **eproc**: <https://certidoes.tjsp.jus.br/>

### QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

**8.21.** Comprovação de aptidão da proponente por meio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, que comprovem que a licitante tenha fornecido/prestado serviços similares ao objeto da licitação, junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o quantitativo mínimo correspondente a pelo menos 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida, nos termos da Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do art. 67 § 2º da Lei 14.133/2021.

**8.21.2.** Será aceito somatório de atestados.

**8.21.3.** Na hipótese de consórcios aplicar-se-ão as regras previstas no art. 67, §10 e §11 da Lei Federal 14.133/2021.

**8.21.4.** No caso de atestados obtidos em fornecimentos executados em consórcio serão considerados apenas os fornecimentos efetivamente executados pela licitante, comprovados com o termo de constituição do consórcio e/ou dentro de seu percentual de participação no contrato.

**8.21.5.** O(s) atestado(s) de fornecimento(s) deverá(ão) ser compatível(is) ao objeto.

**8.21.6.** Não será aceito nota fiscal como atestado.

### 8.22. OUTRAS COMPROVAÇÕES:



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 20

### **8.22.1.** Registro ou inscrição na entidade profissional competente.

**8.22.1.1.** Comprovação de que a pessoa jurídica licitante possui registro ou inscrição ativa e regular junto ao conselho profissional legalmente competente, compatível com a execução de serviços de manejo arbóreo, paisagismo e/ou serviços ambientais correlatos, conforme a natureza do objeto da contratação e nos termos da legislação vigente.

**8.22.2.** Apresentação de declaração indicando o profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, e detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

### **8.23. Tratando-se de consórcio:**

**8.23.1.** Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a)** Designação do consórcio e sua composição;
- b)** Finalidade do consórcio;
- c)** Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d)** Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e)** Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f)** Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g)** Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h)** Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 21**

objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

**8.23.2.** O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

**8.23.3.** Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.23.4.** A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

**8.24.** Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

**8.24.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato (Ata de Registro de Preços), com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**8.24.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**8.24.3.** Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

**8.24.4.** Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

**8.24.5.** Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**8.24.6.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

**8.24.7.** Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 22

**8.24.8.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.24.9.** Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.24.10.** Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.24.11.** Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

**8.24.12.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.25.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**8.26.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que vigente e compatível com o objeto da licitação, devendo o licitante apresentar eventual documentação complementar não contemplada no referido cadastro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**8.27.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.28.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.29.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, Declaração de que sua



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 23

proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.30.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

**8.30.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**8.31.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**8.31.1.** A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**8.32.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.32.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**8.33.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.33.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.34.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

**8.34.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 24

**8.34.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**8.35.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.36.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

**8.37.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

**8.38.** Será aplicada nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**8.39.** A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no **item 15** deste Edital.

**8.40.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**9.1.** O Registro de Preços regula-se pelas normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente pelos arts. 82 a 86, com observância das demais normas complementares que regulam a matéria.

**9.2.** Serã assinada Ata de Registro de Preços pelas partes, conforme minuta anexa a este edital, considerando-se como parte integrante da mesma, além das condições deste edital e da proposta e demais normas legais que regem as licitações e contratos administrativos.

**9.3.** Julgada a licitação, após homologado o resultado da licitação, o(s) licitante(s) mais bem classificados será(ão) notificado(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme modelo anexo a este edital, na presença de duas testemunhas, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na legislação em vigor.





---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 25

**9.4.** Os preços registrados, com a indicação dos fornecedores, serão divulgados no PNCP e disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**9.5.** Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas neste **item 9**, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no **item 11** deste Edital.

**9.6.** A Administração poderá, mediante justificativa expressa, contratar mais de uma empresa para executar o mesmo objeto, desde que esta contratação não implique perda de economia de escala e na forma do art. 49 da Lei 14.133/2021.

**9.7.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

**9.8.** O COMPROMISSO DE FORNECIMENTO SÓ ESTARÁ CARACTERIZADO MEDIANTE O RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

### **10. DA OBRIGATORIDADE DA APURAÇÃO DE INDÍCIOS DE FRAUDE À LICITAÇÃO E ATUAÇÃO DA LICITANTES EM CONLUIO:**

**10.1.** O Pregoeiro, Autoridade Superior ou Agente Público responsável pelo controle interno, poderá realizar diligências junto ao Portal Compras.gov, a qualquer momento do certame, ou mesmo após seu encerramento, para identificar eventuais indícios da atuação conjunta de licitantes (em conluio) e fraude à licitação, verificando, no mínimo, os seguintes aspectos:

**10.1.1.** Participação de licitantes distintas que tenham utilizado a mesma chave de acesso associada a um único representante (pessoa física) para registrar propostas no mesmo item ou lote no certame;

**10.1.2.** Registro de propostas e/ou lances, no mesmo item ou lote do certame, por duas ou mais licitantes que apresentem vínculos que possam indicar relacionamento prévio e atuação coordenada, tais como:

**a)** Submissão de propostas, lances ou documentos a partir de um mesmo endereço de IP (Internet Protocol);

**b)** Identidade de sócios, administradores, representantes legais ou procuradores;



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 26**

c) Compartilhamento de endereço comercial, estrutura física, e-mail ou número de telefone, e outros dados congêneres;

d) Utilização do mesmo contador, ou consultor para a submissão da proposta, lances ou documentos.

**10.2.** Para a realização das diligências mencionadas no **item 10.1**, o Pregoeiro, a Autoridade Superior ou o agente público incumbido do controle interno deverá:

**10.2.1.** Encaminhar solicitação formal ao Portal Compras.gov, por e-mail ou outro meio formal de comunicação escrita, requerendo as informações necessárias para a verificação dos aspectos listados acima;

**10.2.2.** Anexar aos autos do processo administrativo licitatório todas as comunicações realizadas com o Portal Compras.gov, bem como as respostas e informações obtidas, inclusive os eventuais esclarecimentos prestados a respeito, pelas licitantes envolvidas.

**10.3.** A identificação de uma ou mais das situações descritas nos **subitens 10.1.1 e 10.1.2**, analisada em conjunto com o comportamento das licitantes na submissão das propostas, fase de lances, envio de documentos, ou quaisquer outros elementos verificados no transcorrer da licitação, constitui indício de fraude ao caráter competitivo do certame e de atuação em conluio das licitantes.

**10.4.** A presença de indícios da atuação de licitantes em conluio, visando fraudar o caráter competitivo da licitação, ensejará a abertura de processo administrativo sancionatório pela Autoridade Superior, para os fins de aprofundamento da apuração e aplicação das penalidades cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis na esfera cível e penal, e a comunicação do fato aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

**10.5.** Ocorrendo a hipótese dos **itens 10.3 e 10.4**, o Pregoeiro, no exercício do controle interno decidirá pela imediata suspensão da licitação, para posterior adoção das medidas cabíveis, conforme o caso e, segundo o que estabelece a legislação vigente.

**11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:**

**11.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação;



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 27

**b)** dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**11.2.** As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

**11.2.1.** A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea “a” da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**11.2.2.** Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

**11.3.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

**a)** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**b)** adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste **item 11** e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 12. DOS RECURSOS

**12.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**12.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**12.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**12.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

**12.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 28

lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**12.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**12.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**12.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.8.** O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através de solicitação via e-mail para: [pregaoeletronico@mogidascruzes.sp.gov.br](mailto:pregaoeletronico@mogidascruzes.sp.gov.br) e [XXXXXXXXXXXX@mogidascruzes.sp.gov.br](mailto:XXXXXXXXXXXX@mogidascruzes.sp.gov.br)

### 13- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

**13.1.** Os licitantes serão responsabilizados pelas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato (Ata de Registro de Preços);
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato (Ata de Registro de Preços) que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato (Ata de Registro de Preços);
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato (Ata de Registro de Preços) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato (Ata de Registro de Preços);



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 29

**IX** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato (Ata de Registro de Preços);

**X** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**XI** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**XII** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** Pelas infrações previstas no **item 13.1** serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

**I** – Advertência;

**II** – Multa;

**III** – Impedimento de licitar ou contratar;

**IV** – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.2.1.** A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na infração de inexecução parcial do contrato (Ata de Registro de Preços);

**13.2.2.** A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no **item 13.1**, observados os seguintes limites máximos:

**a)** nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, a título moratório, o importe de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do material ou serviço, até o limite de 30 (trinta) dias e, cumulativamente, a título compensatório, o importe de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor do contrato ou documento equivalente;

**b)** Pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do pedido;

**c)** Em caso de não entrega do objeto ou rescisão da Ata de Registro de Preços por culpa da Detentora da Ata: 20% (vinte por cento) do valor do pedido.

**13.2.3.** A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **item 13.1** deste edital.

**13.2.4.** A sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando da ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **item 13.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no **item 13.2.3** deste edital.

**13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º:

**a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**b)** as peculiaridades do caso concreto;

**c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 30**

- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.4.** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

**13.5.** As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de Multa.

**13.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**13.7.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora ou contratado o contraditório e ampla defesa.

**14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**14.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**14.2.** A solicitação de esclarecimentos e a apresentação de impugnação contra o presente edital deverão ser realizadas por meio do endereço eletrônico: **[pregaoeletronico@mogidascruzes.sp.gov.br](mailto:pregaoeletronico@mogidascruzes.sp.gov.br)** e **[akemi.gestao@mogidascruzes.sp.gov.br](mailto:akemi.gestao@mogidascruzes.sp.gov.br)**.

**14.2.1.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no Portal Compras.gov, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

**14.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**14.3.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

**14.4.** A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 31

**14.4.1.** As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

**14.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

**14.6.** A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

**14.7.** A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**15.1.** Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.1.1.** Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

**15.2.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**15.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

**15.4.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**15.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**15.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 32

**15.7.** Os casos omissos operacionais relativos à sessão pública serão resolvidos pelo pregoeiro.

**15.8.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**15.9.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**15.10.** No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**15.10.1.** As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

**15.10.2.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.11.** Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

**15.12.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e no site da Prefeitura (<https://licitacao-mgcon.mogidascruzes.sp.gov.br>).

**15.13 .** Em caso de dúvidas poderá ser realizado contato telefônico através dos números: (11) 4798 -5554 / 4798 -7438.

**15.14.** Os casos omissos serão dirimidos pelo **Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Zeladoria**, com observância da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto 17.500/2018 com suas alterações posteriores.

**15.15.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:





**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 33**

- 15.15.1.** ANEXO I - Termo de Referência;
- 15.15.2.** ANEXO I.1 - Planilha de Composição de Custos Unitários
- 15.15.3.** ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;
- 15.15.4.** ANEXO III - Justificativa dos Índices Contábeis;
- 15.15.4.** ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Mogi das Cruzes, em 19 de junho de 2026.

**JOAZ BATISTA**

Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Zeladoria

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 34****ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO (art. 6º, inc. XXIII, AL. A e art. 40, § 1º da lei 14.133/21, inc. I e II):** O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de manejo arbóreo, compreendendo poda, supressão, transplante e demais intervenções, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e insumos necessários, conforme condições, quantidades e exigências, estabelecidas neste termo.

Item	CATSER	Quantidade Global (12 meses)	Unid.	Especificação	Valor Estimado Mensal	Valor Total Estimado
1	15130	24	MÊS	2.02.05.0028-5 MANEJO ARBÓREO - PODA/REMOÇÃO/TRANSPLANTE	R\$ 155.724,52	R\$ 3.737.388,48

(\*) Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens CATSER mais semelhante ao descrito neste Termo de Referência. Havendo divergência entre as descrições dos serviços/equipamentos existentes neste Termo e as utilizadas pelo Sistema Compras.gov, deverá prevalecer o estabelecido no Termo de Referência.

**1.1.** Trata-se de serviços com quantitativos previstos conforme Estudo Técnico Preliminar e requisição a que este Termo de Referência se vincula, independentemente de transcrição.

**1.2.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura e publicação.

**1.2.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

**1.2.2.** Além da prorrogação da vigência, poderá ser admitida a renovação do quantitativo, em conformidade com os princípios da publicidade, da transparência e da vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

**1.3.** As especificações são usuais de mercado e conforme cadastro constante no catálogo da Administração via sistema SMARAPD;



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 35

**1.4.** Os serviços serão executados nos diversos logradouros pertencentes a Prefeitura do município de Mogi das Cruzes.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO (art. 6º, inc. XXIII, AL. B)**

**2.1.** Trata-se de Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manejo arbóreo, incluindo podas, supressões e demais intervenções necessárias à manutenção e adequação da arborização urbana.

**2.2.** Esta licitação visa manter a regular manutenção dos serviços, para maximizar os benefícios da arborização, com suas funções ecológicas ao meio ambiente, bem como para promover a segurança operacional, mitigando os riscos ao sistema operacional e, ainda, atender as demandas da cidade, em razão da natureza dos serviços prestados, no pleno exercício de sua finalidade, evitando quebra de continuidade no atendimento e mantendo as condições de higiene, salubridade e segurança.

**2.3.** Ocorre que a Administração Pública nem sempre dispõe dos insumos, pessoal ou equipamentos necessários para atender às demandas que surgem. Seja porque não é sua atividade fim, não há pessoal, nem equipamento especializado ou não se tem o material para consumo no seu conjunto de bens.

**2.4.** É nesse momento que se faz necessária a contratação de serviços e materiais por meio de pessoa especializada, com o condão de permitir que o ente tenha os instrumentos e os acessórios para fazer frente as políticas públicas. Ademais, a empresa contratada deverá dimensionar as equipes, maquinários e materiais necessários para executar os serviços cumprindo todos os tempos médios de atendimento previstos na contratação e legislações vigentes.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inc. XXIII, AL. C)**

**3.1.** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços técnicos de manejo arbóreo, compreendendo o planejamento, execução e monitoramento de intervenções em árvores e arbustos localizados em áreas públicas do município.

**3.2.** Os serviços de manejo arbóreo são constituídos por: manejo arbóreo – poda, transplante e remoção:

**3.3.** Execução de poda em arbustos e árvores em geral, bem como transplante e remoção definitiva de exemplares arbóreos, conforme avaliação técnica.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 36

**3.4.** As podas deverão contemplar, conforme a necessidade de cada exemplar, os seguintes tipos: levantamento, condução, limpeza, adequação, correção e emergencial, visando à segurança da população, à preservação da saúde vegetal e à adequada convivência da arborização com a infraestrutura urbana.

**3.5.** A solução abrange, ainda, o fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas, insumos e veículos necessários à execução dos serviços, bem como a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

**3.6.** Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, boas práticas de manejo arbóreo e legislações ambientais vigentes, garantindo eficiência, segurança operacional e minimização de impactos ao meio ambiente e à população.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inc. XXIII, AL. D)**

**4.1.** Para garantir a qualidade dos serviços executados e padrão de qualidade mínima necessária, para a habilitação, deverá ser solicitado.

**4.1.1.** Comprovação de que o licitante realizou serviços compatíveis com os ofertados, mediante a apresentação de Atestados de Capacidade Técnica por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o quantitativo mínimo correspondente a pelo menos 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida.

**4.1.2.** Para fins de comprovação da autenticidade do(s) atestado(s) apresentado(s) pelas licitantes, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de cópias autenticadas das Notas Fiscais correspondentes aos atestados sobre os quais repousem dúvidas quanto à sua veracidade.

**4.1.3.** Será aceito somatório de atestados.

**4.1.4.** Não será aceito nota fiscal como atestado.

**4.2.** A prestação de serviços deve ser de boa qualidade, de forma que haja melhor relação custo x benefício.

**4.3.** Utilizar equipamentos e/ou materiais que visem minimizar os impactos ambientais, aumentando a eficiência nos serviços prestados.

**4.4.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto.

**4.5.** Os serviços deverão dispor de garantia mínima prevista em lei.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 37

**4.6.** A contratada comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos serviços fornecidos, que deverão estar dentro das especificações técnicas e padrões de qualidade.

**4.7.** A CONTRATADA deverá fornecer, às suas expensas, todos os insumos, materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste edital, em quantidade suficiente e em conformidade com as normas técnicas e de seguranças aplicáveis.

**4.8.** Os uniformes deverão ser padronizados, em bom estado de conservação, compatíveis com as atividades executadas e conter identificação da empresa, devendo ser substituídos sempre que apresentarem desgaste ou condições inadequadas de uso.

**4.9.** Os EPIs deverão atender integralmente às disposições da Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06) do Ministério do Trabalho, cabendo exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade por seu fornecimento, orientação de uso, substituição e fiscalização.

**4.10.** Todos os custos decorrentes do fornecimento de insumos, ferramentas, uniformes e EPIs deverão estar incluídos no preço global ofertado, não sendo admitido qualquer pagamento adicional, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro em razão dessa obrigação.

**4.11.** Os veículos (motorista e combustível), equipamentos, ferramentas, material de sinalização, uniformes e equipamentos de proteção individual, bem como o que for necessário ao bom desempenho dos serviços, serão fornecidos, exclusivamente, pela empresa contratada.

**4.12.** Os funcionários colocados à disposição pela contratada para integrar a equipe, deverão estar perfeitamente treinados para execução dos serviços que lhes competem.

**4.13.** As especificações técnicas do objeto deverão atender integralmente às disposições da ABNT NBR 16246-1, bem como às demais normas técnicas aplicáveis, vigentes à época da execução, garantindo a qualidade, segurança e conformidade dos serviços/produtos fornecidos.

**4.14.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência.

**4.15.** É de conhecimento geral que cabe à Administração Pública a persecução do menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da contratação em conjunto com a boa prestação do serviço, o que exige a escolha mais adequada e eficiente entre as tantas existentes.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 38

**4.16.** Poderão participar desta Licitação qualquer firma individual ou sociedade, consórcio de empresas limitado em até duas empresas, empresas regularmente estabelecidas no País, que seja(m) especializada(s) no objeto desta licitação e que satisfaça(m) todas as exigências, especificações e normas contidas no Edital e seus Anexos; A participação sob a forma de consórcio, deverá, obrigatoriamente, obedecer às seguintes determinações:

**4.16.1.** No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras (desde que regularmente estabelecidas no país), a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

**4.16.2.** Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, no qual constem, em cláusulas próprias:

**4.16.2.1.** A composição do consórcio;

**4.16.2.2.** Objeto do Consórcio;

**4.16.2.3.** Indicar a empresa líder e conferir-lhe amplos poderes para representar o consórcio ativa e passivamente, em todos os atos necessários durante o processo licitatório, podendo inclusive assumir obrigações, sem prejuízo da responsabilidade solidária das consorciadas.

**4.16.2.4.** Compromissos e obrigações das empresas consorciadas, dentre os quais o de que cada um deles responderá, individual e solidariamente, por suas obrigações de ordem fiscal e administrativa, até a conclusão dos serviços que vierem a ser contratados com o consórcio;

**4.16.2.5.** Compromisso expreso de responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual contrato;

**4.16.2.6.** Compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada até a conclusão dos serviços contratados, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

**4.16.2.7.** Compromisso e obrigação das empresas consorciadas, dentre os quais o de que cada uma delas responderá e será responsável por suas obrigações legais após o término do Contrato, conforme previsto em Lei, nos assuntos relacionados aos serviços desenvolvidos durante o Contrato que vier à ser firmado, os quais possam apresentar falhas e/ou erros e omissões, independentemente do recebimento definitivo dos serviços.

**4.16.2.8.** Atendimento ao disposto no artigo 15 da Lei Federal 14.133/21.

**4.16.2.8.1.** A apresentação da documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e capacidade econômico-financeira deverá ser conjunta, mas individualizada



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 39

por empresa, sendo que as consorciadas poderão, para o fim de atingir os limites fixados neste edital, somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, observado neste último caso a proporção da respectiva participação de cada integrante do consórcio.

**4.16.2.8.2.** As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem através de mais de um consórcio, sendo limitado o consórcio de, no máximo, duas empresas.

**4.16.2.8.3.** As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase da licitação, quanto na da execução do contrato, caso venha a sagrar-se vencedora.

**4.16.2.8.4.** No caso de um consórcio sagrar-se vencedor, ficará obrigado a promover a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato, sendo que eventual alteração da constituição originalmente proposta deverá ser submetida à apreciação da municipalidade com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, para verificação de implicações no objeto licitado.

**4.16.2.8.5. Os seguintes itens deverão ser considerados para condição de liderança da empresa responsável pelo consórcio:**

**4.16.2.8.5.1.** Ter poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente pelas demais consorciadas no tocante a assuntos referentes à presente licitação.

**4.16.2.8.5.2.** Ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contratos e praticar todos os atos necessários objetivando a perfeita execução do objeto licitado durante toda a vigência contratual.

**4.16.2.8.6.** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do contrato a ser firmado, desde que tenha sido emitido o Termo de Aceitação Provisória dos serviços. Caso não tenha sido emitido o referido Termo, o consórcio persistirá até a emissão do mesmo.

### **4.17. DA SUSTENTABILIDADE:**

**4.17.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 40

**4.17.2.** A contratada deverá adotar práticas ambientalmente responsáveis, incluindo a destinação adequada dos resíduos, observando integralmente a legislação ambiental vigente e normas dos órgãos competentes.

**4.17.2.1.** Os serviços e materiais utilizados devem ser de primeira qualidade, podendo ser verificados a qualquer momento. A fiscalização ou vistoria de rotina poderá acompanhar a execução dos serviços e inspecionar os produtos para garantir sua qualidade e conformidade com os padrões estabelecidos.

**4.17.2.2.** A contratada deverá adotar práticas ambientalmente responsáveis durante a execução dos serviços, visando à proteção do meio ambiente e à minimização de impactos ambientais.

**4.17.2.3.** Atender às exigências da Lei nº 14.133/2021, notadamente quanto ao cumprimento dos princípios da sustentabilidade, eficiência, economicidade e responsabilidade socioambiental na execução dos serviços e na gestão dos resíduos sólidos.

**4.17.2.4.** A contratada será responsável por qualquer dano ambiental causado pela má execução dos serviços, sujeitando-se às penalidades previstas em lei.

**4.17.2.5.** Utilizar equipamentos e/ou materiais que visem minimizar os impactos ambientais, aumentando a eficiência nos serviços prestados.

**4.17.2.6.** Os empregados da contratada para execução dos serviços deverão apresentar – se munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital.

**4.17.2.7.** A empresa contratada deverá manter pessoal treinado e especializado, devidamente uniformizado e equipado com todos os equipamentos de proteção individual e coletiva definidos em lei, quando necessário, em número suficiente para a realização dos serviços conforme sua proposta, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, greve, falta ao serviço ou demissão dos empregados. Esses funcionários não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da EMPRESA DETENTORA DA ATA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução da ata.

### **4.18. DOS DOCUMENTOS:**

**4.18.1.** Registro ou inscrição na entidade profissional competente:

**4.18.1.1.** Comprovação de que a pessoa jurídica licitante possui registro ou inscrição ativa e regular junto ao conselho profissional legalmente competente, compatível com a execução de





---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 41

serviços de manejo arbóreo, paisagismo e/ou serviços ambientais correlatos, conforme a natureza do objeto da contratação e nos termos da legislação vigente.

**4.18.2.** Declaração indicando o profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, e detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inc. XXIII, AL. E)**

**5.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente mediante comprovação do quanto foi realizado mensalmente, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**5.2.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal do contrato deverá apurar o resultado da execução do objeto e, se for o caso, analisar o desempenho e a qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os previstos nos regimentos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando as ocorrências em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**5.3.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**5.4.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

**5.5.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.6.** O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias corridos a contar do último recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**5.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 42

### 5.8. DOS RESÍDUOS:

**5.8.1.** A remoção de todos os resíduos provenientes dos serviços executados deverá ocorrer imediatamente após sua conclusão, não podendo restar materiais a serem removidos posteriormente.

**5.8.2.** Em casos de necessidade excepcional, devidamente justificada pela Contratada e com ciência da fiscalização da Contratante, os resíduos poderão ser removidos em até 24 (vinte e quatro) horas após a conclusão dos serviços.

**5.8.3.** Os resíduos deverão ser segregados para posterior trituração e beneficiamentos, sendo descartados apenas os rejeitos.

**5.8.4.** Todos os rejeitos e materiais provenientes da remoção de vegetação parasita deverão ser acondicionados em sacos, não podendo ser reutilizados, e depositados em local apropriado, sob inteira responsabilidade da Contratada.

### 5.9. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

#### 5.9.1. SERVIÇOS DE MANEJO ARBÓREO:

**5.9.1.1.** Com a finalidade de conservar e melhorar a qualidade ambiental urbana, ações de manejo como a poda ou mesmo o corte total das árvores são estratégias para a harmonização dinâmica entre os elementos construídos e os elementos naturais.

**5.9.1.2.** Depois do adequado planejamento da arborização urbana, o manejo arbóreo é considerado um dos principais instrumentos usados entre as formas de manejo do exemplar de porte arbóreo para compatibilizar a estrutura do vegetal ao convívio humano urbano.

**5.9.1.3.** Os serviços de manejo na arborização urbana visam basicamente conferir à árvore uma forma adequada durante o seu desenvolvimento, eliminar ramos mortos, danificados, doentes ou praguejados; remover partes da árvore que colocam em risco a segurança das pessoas e retirar partes da árvore que interferem ou causam danos permanentes às edificações ou aos equipamentos urbanos.

#### 5.9.2. PODAS /SUPRESSÕES/TRANSPLANTES

**5.9.2.1.** Descrição: serviço de poda de árvores de pequeno, médio e grande porte. Para fins de definição do porte da árvore considera-se:

**5.9.2.1.1.** Pequeno porte: árvore com até 5 metros de altura e até 3 metros de raio de copa;



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 43

**5.9.2.1.2.** Médio porte: árvore entre 5 metros a 10 metros de altura e até 5 metros de raio de copa;

**5.9.2.1.3.** Grande porte: árvore com mais de 10 metros de altura e raio de copa acima de 5 metros.

**5.9.2.2.** Para os serviços de poda de árvore, deverão ser observados o seguinte:

**5.9.2.2.1.** Na execução dos serviços a contratada deverá observar, obrigatoriamente, toda a legislação ambiental federal, estadual e municipal;

**5.9.2.2.2.** O material gerado em decorrência da execução dos serviços de poda de árvores deverá ser integralmente removido do local de intervenção no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas a partir da conclusão de cada intervenção, para posterior trituração e destinação final de acordo com as normas ambientais aplicáveis, sob inteira responsabilidade da Contratada.

**5.9.2.2.3.** As motosserras deverão estar devidamente licenciadas no órgão competente (IBAMA), cujas licenças deverão ser apresentadas para assinatura do contrato.

**5.9.2.2.4.** As podas de arbustos deverão ser executadas com equipamentos adequados: serrotes curvos, tesouras e outros.

**5.9.2.2.5.** Os serviços de manejo deverão ser realizados por equipe especialmente treinada. A equipe contará com encarregados, operadores de motosserra e ajudantes, todos munidos dos EPIs necessários e obrigatórios, dos equipamentos e ferramentas adequadas.

### **5.9.3. PODAS**

**5.9.3.1.** Os serviços descritos neste item serão realizados em vias e logradouros públicos, parques, praças e áreas verdes do Município.

**5.9.3.2.** Poda de adequação: consiste na retirada de galhos esparsos, muitas vezes direcionados e/ou em conflito com estruturas urbanas. Essa poda visa reduzir interferências com a fiação e demais elementos urbanos, adequando a árvore ao espaço em que está inserida.

**5.9.3.3.** Poda de equilíbrio: consiste na retirada de galhos ou porções mais densas e/ou pesadas da árvore, que estejam ou possam vir a causar desequilíbrio estrutural ao exemplar.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 44

**5.9.3.4.** Poda de condução: consiste na retirada de brotações laterais, visando ao crescimento adequado da planta e ao levantamento da copa a um nível que permita o livre trânsito de pessoas e veículos em calçadas e vias públicas.

**5.9.3.5.** Poda de levantamento de copa: consiste na remoção dos ramos mais baixos da copa. Geralmente é utilizada para eliminar partes da árvore que impeçam a livre circulação de pessoas e veículos. Deve-se restringir a remoção ao mínimo necessário, evitando o levantamento excessivo, que pode comprometer a estabilidade da árvore.

**5.9.3.6.** Os serviços de manejo arbóreo integram um conceito mais amplo de conservação da vegetação, seja ela nativa ou ornamental. O manejo pode ter objetivos distintos, sendo, em geral, executado para correção do desenvolvimento das plantas, manutenção da saúde vegetal e adequação às suas características naturais.

**5.9.3.7.** O manejo arbóreo envolve, principalmente, a realização de podas, que, em sua maioria, são de limpeza, formação ou caráter ornamental.

**5.9.3.8.** A poda de limpeza visa à eliminação de ramos secos, senis ou mortos, que perderam sua função na copa e representam risco de queda, além de serem foco de problemas fitossanitários. Devem também ser removidos ramos ladrões, brotos de raiz, ramos epicórmicos, doentes, praguejados ou infestados por ervas parasitas, bem como tocos e remanescentes de podas mal-executadas, promovendo melhor desenvolvimento do vegetal.

**5.9.3.9.** A poda de formação é realizada com o objetivo de proporcionar uma estrutura adequada à planta.

**5.9.3.10.** Esse procedimento contribui para que as plantas se desenvolvam de forma mais vigorosa, com melhor formação estrutural, favorecendo seu crescimento saudável.

**5.9.3.11.** A poda ornamental visa melhorar o desenvolvimento de brotos, flores e frutos, além de manter o crescimento dentro de um formato estético adequado.

**5.9.3.12.** Os serviços de cauterização de raízes consistem na abertura de cova, retirada do excesso de solo ao redor, rebaixamento do tronco com destocador mecânico e aplicação de calda de cimento. Os materiais de construção utilizados nesses serviços deverão ser fornecidos pelo Contratante.

**5.9.3.13.** A quantificação dos serviços executados deverá, obrigatoriamente, discriminar o DAP (Diâmetro à Altura do Peito) das espécies arbóreas, devendo constar em ficha de produção diária, cujo modelo será fornecido à contratada, acompanhada de relatório diário contendo todas as



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 45

atividades desenvolvidas pela equipe, locais e horários de execução, para fins de verificação da produtividade e fiscalização dos serviços.

### 5.9.4. SUPRESSÃO DE ÁRVORES

**5.9.4.1.** A supressão de árvores, deverá ser executada somente após verificação de engenheiro agrônomo, da contratante, que detectará a real necessidade da supressão dela através da utilização de técnicas especializadas como Tomografia e Penetrografia.

**5.9.4.2.** A supressão de árvores poderá ser executada somente quando as árvores colocarem em risco a vida dos munícipes, seja por incompatibilidade de sua localização, razões de segurança ou razões técnicas, como doença ou morte do indivíduo arbóreo, instalação de equipamentos públicos: postes de iluminação e distribuição, redes de água e esgoto, abertura de vias, dentre outros.

**5.9.4.3.** Para se realizar a supressão da árvore, deverá a Contratada possuir autorização do órgão ou responsável ambiental da Contratante após analisar a situação específica de cada espécie arbórea de acordo com as leis ambientais vigentes e sob orientação das avaliações realizadas pela Contratada.

**5.9.4.4.** O arranquio consistirá na realização do corte da espécie arbórea até altura rente à calçada, solo, não incluindo o destocamento.

### 5.9.5. REMOÇÃO POR TRANSPLANTE/CORTE DE ÁRVORES

#### 5.9.5.1. Remoção de árvores por Transplante

**5.9.5.1.1.** Efetuar a escavação no solo em forma de trincheira, em toda a volta da árvore nas seguintes medidas:

**5.9.5.1.1.1.** Diâmetro do torrão: 6xDAP

**5.9.5.1.1.2.** Profundidade do torrão: 8xDAP

**5.9.5.1.1.3.** DAP = Diâmetro à Altura do Peito = medida do diâmetro do tronco a 1,30m do nível do solo.

**5.9.5.1.2.** Conforme determinação da fiscalização pode-se esperar ou não o restabelecimento das raízes laterais para promover o corte da raiz principal e efetuar o transplante propriamente dito.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 46**

**5.9.5.1.3.** Toda árvore a ser transplantada deverá ter seu torrão totalmente envolto em sacaria de estopa (tecido de aniagem), a fim de manter a integridade física deste.

**5.9.6. REMOÇÃO DE ÁRVORES POR CORTE**

**5.9.6.1.** Remoção completa da árvore, incluindo a parte aérea e o tronco.

**5.9.6.2.** A árvore removida por corte deverá ser substituída através do plantio de uma nova árvore no mesmo local, ou na impossibilidade, em local próximo a ser definido pela fiscalização.

**5.9.7. REMOÇÃO DE ÁRVORE OU PARTE DESTA TOMBADA**

**5.9.7.1.** Retalhamento e remoção completa da árvore ou parte desta que se encontre caída.

**5.9.7.2.** A árvore removida em logradouro público ou em área verde pública externa deverá ser substituída através do plantio de uma nova árvore no mesmo.

**5.9.8. PRODUÇÃO:**

SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE ÁRVORES			
PORTE	TIPO DE ÁRVORE	DIÂMETRO A ALTURA DO PEITO – DAP	QUANTIDADE DE ÁRVORES MÍNIMA PARA 184,89 horas = 100%
PEQUENO PORTE (PP)	TIPO A	$\varnothing \leq 20 \text{ cm}$	132
	TIPO B	$\varnothing > 20 \text{ cm} \leq 40 \text{ cm}$	82
MÉDIO PORTE (MP)	TIPO C	$\varnothing > 40 \leq 60 \text{ cm}$	42
	TIPO D	$\varnothing > 60 \leq 80 \text{ cm}$	22
GRANDE PORTE (GP)	TIPO E	$\varnothing > 80 \text{ cm}$	11

\*Quadro de produtividade mínima para as equipes de poda de árvores – Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo

SERVIÇOS DE PODA			
PORTE	TIPO DE ÁRVORE	DIÂMETRO A ALTURA DO PEITO – DAP	QUANTIDADE DE ÁRVORES MÍNIMA PARA 184,89 horas = 100%
PEQUENO PORTE (PP)	TIPO A	$\varnothing \leq 20 \text{ cm}$	264
	TIPO B	$\varnothing > 20 \text{ cm} \leq 40 \text{ cm}$	164



# MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 47

MÉDIO PORTE (MP)	TIPO C	$\varnothing > 40 \leq 60 \text{ cm}$	84
	TIPO D	$\varnothing > 60 \leq 80 \text{ cm}$	44
GRANDE PORTE (GP)	TIPO E	$\varnothing > 80 \text{ cm}$	22

\*Quadro de produtividade mínima para as equipes de poda de árvores – Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo

SERVIÇOS DE REMOÇÃO POR TRANSPLANTE		
TIPO DE ÁRVORE	DIÂMETRO A ALTURA DO PEITO – DAP	QUANTIDADE DE ÁRVORES MÍNIMA PARA 184,89 horas = 100%
TIPO A	$\varnothing \leq 20 \text{ cm}$	66
TIPO B	$\varnothing > 20 \text{ cm} \leq 40 \text{ cm}$	41

**5.9.8.1.** O Diâmetro a Altura do Peito – DAP da árvore é o diâmetro do tronco medido a altura de 1,30 m do nível do solo.

**5.9.8.2.** A produtividade mínima estabelecida, igual a 100 % (cem por cento), poderá ser atingida mediante:

**5.9.8.3.** O alcance das quantidades supraisoladamente, consideradas por tipo de serviço executado;

**5.9.8.4.** A somatória dos serviços, de acordo com a classificação supraestabelecida. Nesta somatória, para fins de apuração do percentual de produtividade deve-se calcular o percentual correspondente a cada serviço executado, considerando as quantidades acima indicadas por tipo de serviço como 100% (cem por cento).

**5.9.8.5.** Exemplificando:

Poda Tipo A: 50 un

1. 264 un = 100%  $\rightarrow$  50 un = 18,94%

Remoção Tipo E: 5 un

1. 11 un = 100%  $\rightarrow$  5 un = 45,45%

Remoção por transplante Tipo B: 15 un 1. 41 un = 100%  $\rightarrow$  15 un = 36,59%

Produtividade alcançada no mês

1. 18,94% + 45,45% + 36,59% = 100,98%

Prefeitura de Mogi das Cruzes

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 48

### **5.9.9. RECOLHIMENTO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS:**

**5.9.9.1.** Os resíduos gerados durante a execução dos serviços deverão ser recolhidos de forma concomitante à sua realização, de modo a evitar acúmulos e qualquer comprometimento das áreas atendidas.

**5.9.9.2.** A CONTRATADA será integralmente responsável por todas as etapas do manejo dos resíduos, compreendendo a coleta, remoção, carga, transporte e descarregamento, devendo observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis e a legislação ambiental vigente.

**5.9.9.3.** Os resíduos vegetais resultantes dos serviços executados deverão ser devidamente recolhidos e transportados para local de destinação final ambientalmente adequada.

**5.9.9.4.** Os custos referentes à remoção, transporte e destinação final dos resíduos gerados deverão estar integralmente incluídos no valor contratado, não sendo passíveis de medição ou pagamento específico.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inc. XXIII, AL. F)**

**6.1.** Os serviços serão contratados pela Prefeitura de Mogi das Cruzes através da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Zeladoria e a fiscalização serão exercidas por fiscais e encarregados da Pastas, por intermédio de servidores designados para tal finalidade, fiscais e suplentes, a quem competirá observar as atividades e os procedimentos necessários ao exercício das atribuições estabelecidas nesta licit, durante toda a vigência contratual.

**6.2.** O contrato deverá ser executado fielmente pela contratada, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às especificações técnicas constantes no presente Termo de Referência e às cláusulas contratuais. Diariamente, a equipe responsável deverá documentar os serviços realizados, as respectivas fotos, a localização precisa dos serviços, as quantidades, equipamentos e o pessoal utilizado. Serão designados fiscais para acompanhamento diário dos serviços. Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada (quando houver), do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se





---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 49

o uso de mensagem eletrônica para esse fim. O Contratante poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal designado, com o auxílio do respectivo substituto sempre que necessário. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. A fiscalização do contrato deve providenciar mensalmente a medição dos serviços, conforme previsto nas normas de regência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos itens efetivamente realizados no período. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas. O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal e pelo gestor, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório. A conformidade do equipamento / técnica a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada acompanhado de o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

**6.4.** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (quando não houver outro prazo fixado). O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual. A fiscalização tratada neste, ou em outro documento, não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade. A gestão do contrato ficará a cargo da Supervisão



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 50**

requisitante do serviço e será exercida pelo servidor que estiver ocupando o cargo de Supervisor da referida Supervisão. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.5.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à autoridade competente para que tome as providências cabíveis.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inc. XXIII, AL. G)**

**7.1.** Todos os serviços executados no contrato serão geridos, medidos e fiscalizados pelo corpo técnico da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Zeladoria. Os itens de contrato serão medidos conforme a tabela abaixo, quantitativos efetivamente efetuados no período mensal e especificações técnicas dos serviços apontados.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE
01	MANEJO ARBÓREO	EQUIPE/MÊS

**7.2.** O pagamento será feito no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega e atesto dos serviços pela Secretaria solicitante.

**7.3.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**7.4.** O PAGAMENTO será creditado em favor da empresa, através de ordem bancária, na entidade bancária indicada na proposta, cabendo ao interessado informar com clareza o nome do banco, assim como os números da respectiva agência e da conta-corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**7.5.** Fornecedor obriga-se a manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas no aspecto jurídico e de qualificação técnica, econômica e financeira, bem como de regularidade perante o Fisco, quando das respectivas habilitações, sob pena de retenção do referido pagamento até sua efetiva regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital e Lei de Licitações.

**7.6.** Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 51

**7.6.1.** O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA por motivos imputáveis à Detentora da Ata.

**7.6.2.** Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANO E ZELADORIA atestará a medição mensal (conforme item 7.7.), comunicando à Detentora da Ata, no prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados, para fins de pagamento.

### **7.7. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

**7.7.1.** Após o término de cada período mensal, a CONTRATADA deverá protocolar junto ao setor de protocolo da Prefeitura de Mogi das Cruzes, o relatório contendo as informações relacionadas, para efeito de pagamento dos serviços executados, em papel timbrado devidamente carimbado e assinado pelo representante legal em todas as folhas:

**7.7.1.1.** Requerimento em papel timbrado da empresa, para solicitação de liberação de pagamento de cada medição.

**7.7.1.2.** Cópia de documento de identificação do Representante Legal;

**7.7.1.3.** Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida ativa da União.

**7.7.1.4.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada.

**7.7.1.5.** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

**7.7.1.6.** Comprovantes mensais de recolhimento do FGTS (GFIP/GRRF);

**7.7.1.7.** Comprovantes mensais de recolhimento do INSS (GPS e eSocial);

**7.7.1.8.** Fichas financeiras ou demonstrativos de pagamento por colaborador;

**7.7.1.9.** Comprovantes de entrega de Equipamentos de Proteção Individual (EPI);

**7.7.1.10.** Registros de treinamentos obrigatórios de segurança (NRs);



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 52**

**7.7.1.11.** Laudos técnicos e programas de saúde e segurança no trabalho exigidos em lei e contrato, tais como:

**7.7.1.12.** PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

**7.7.1.12.1.** PPRA ou PGR – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais ou Gerenciamento de Riscos;

**7.7.1.12.2.** LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho.

**7.7.1.13.** Planilha geral de serviços, contendo os quantitativos totais mensais, acompanhado de relatório e cópia dos controles individuais (devendo estar explícito data, descrição do equipamento, serviços realizados, identificação e assinatura do usuário/conductor).

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inc. XXIII, AL. H)**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO MENSAL do serviço.

**9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inc. XXIII, AL. J)**

**9.1.** As despesas decorrentes da presente contratação serão suportadas por **Recursos Próprios**, sendo que na expedição da Nota de Empenho, ou documento equivalente, serão informadas as fichas orçamentárias e os respectivos vínculos.

**9.2.** As demais secretarias poderão elaborar solicitações de serviços conforme a necessidade, devendo indicar recursos próprios para pagamento.

**9.3.** Os recursos financeiros para as despesas com a execução do objeto serão atendidos pela dotação própria do orçamento vigente.

**10. CERTIFICAÇÃO**

**10.1.** Certificamos que este documento atende integralmente os requisitos previstos nas alíneas do inciso XXIII do art. 6º, incisos do § 1º do art. 40, da lei nº 14.133, de 2021.

Elaborado por:

Luiz Fabiano Rodrigues Franco

**JOAZ BATISTA**

Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Zeladoria

---

**Prefeitura de Mogi das Cruzes**

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



# MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 53

### ANEXO I.1 -

### PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA MANEJO DE ARVORES E SERVIÇOS DIVERSOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.

Encargos Sociais	Horistas	%
	Mensalista	%
BDI	28,00%	

#### COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS

#### 01 – EQUIPE DE MANEJO ARBÓREO SUPRESSÃO/PODA

REF.	CÓD.	DESCRIÇÃO	QTD.	QTD HORAS	P.UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
------	------	-----------	------	-----------	------------	-------------

#### MÃO DE OBRA

		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	1	184,89		
		AJUDANTE DE JARDINEIRO	10	184,89		

SUBTOTAL MÃO DE OBRA R\$ 0,00

#### EQUIPAMENTOS

		VAN, TETO ALTO 50% EM OPERAÇÃO	1	184,89		
		CAMINHÃO MB - ATEGO 1419/48 - 4800 M/M - DIESEL - COM CARROC. MAD. DE LEI CAP. 8T E GUINDASTE MUNCK PK 7.001 SLD 1	1	184,89		
		MOTOSERRA A GASOLINA DE PEQUENO PORTE, POTÊNCIA MÍN. 4 CV	5	184,89		

SUBTOTAL EQUIPAMENTOS R\$ 0,00

Prefeitura de Mogi das Cruzes

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



# MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 54

CUSTOS DIVERSOS (DESPESAS INDIRETAS QUE INCIDEM SOBRE OS CÁLCULOS DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE CADA SERVIÇO)					
		ADMINISTRAÇÃO LOCAL, UNIFORMES, Epis, EPCs	6,00%		R\$ 0,00
SUBTOTAL CUSTOS DIVERSOS					R\$ 0,00
MÃO DE OBRA					R\$ 0,00
EQUIPAMENTOS					R\$ 0,00
CUSTOS DIVERSOS					R\$ 0,00
SUBTOTAL					R\$ 0,00
BDI S/ DESONERAÇÃO			28,00%		R\$ 0,00
TOTAL COM BDI					0,00

Prefeitura de Mogi das Cruzes

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 55**

**ANEXO II**

**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS**

À

**PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES**

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 277 - 1º andar

Mogi das Cruzes - São Paulo

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - PROCESSO PMMC Nº 3530607.422.00016397/2026-72**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANEJO ARBÓREO E SERVIÇOS DIVERSOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.**

**PREZADOS SENHORES:**

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vs. Sas, nossa Proposta de Preços relativa à licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

O valor global de nossa proposta é de R\$... (valor por extenso), conforme **Planilha de Composição de Custos Unitários** anexa a esta Proposta.

**DADOS BANCÁRIOS:** \_\_\_\_\_

**DECLARAMOS QUE:**

. Nos preços unitários por nós cotados e constantes da PLANILHA DE CUSTOS, levamos em consideração todos os custos diretos e indiretos para a perfeita e satisfatória execução dos serviços objetivados neste Edital, bem como as despesas com fornecimento de materiais e equipamentos, mão de obra especializada, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, logística, mobilização e desmobilização de equipes, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa dos serviços, bem como nosso lucro, conforme projetos e especificações constantes deste Edital, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES.

---

**Prefeitura de Mogi das Cruzes**

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 56**

- . Nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- . utilizaremos os equipamentos e as equipes técnicas e administrativas que forem necessários para a perfeita e completa execução dos serviços, comprometendo-nos a substituir ou aumentar as quantidades dos mesmos, desde que assim o exija a fiscalização da PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES.
- . na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as recomendações especificações da planilha de orçamento estimada pela PREFEITURA e as disposições da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como as instruções da fiscalização da PREFEITURA, assumindo integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos.
- . A execução dos serviços será efetuada de conformidade com o estabelecido no Edital e seus Anexos.
- . O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias contados da data de envio da proposta.
- . Conhecemos as condições do Edital e seus Anexos, sujeitando-nos ao seu fiel cumprimento.

**DADOS PARA ELABORAÇÃO DE EVENTUAL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**Da Empresa:**

- Nome e endereço completo
- Filial representante (se houver)
- CNPJ
- Inscrição Estadual
- Telefone(s)
- E-mail

**Do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços e do Termo de Ciência e Notificação:**

- Nome
- Nacionalidade
- Estado Civil
- Cargo
- CPF
- RG (nº e órgão expedidor)

---

**Prefeitura de Mogi das Cruzes**

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes





**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 57**

- Data de nascimento
- Endereço residencial completo
- E-mail institucional
- E-mail pessoal
- Telefone(s)

Atenciosamente,

Nome do signatário, função na empresa, assinatura, RG. e CPF.



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 58****ANEXO III****JUSTIFICATIVA DOS ÍNDICES CONTÁBEIS (ARTIGO 69 - LEI FEDERAL Nº 14.133/2021)****ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL - ILG:**

**FINALIDADE:** Evidenciar a capacidade de pagamento da empresa, considerando a relação entre todos os ativos que poderão ser convertidos em dinheiro — tanto no curto quanto no longo prazo — e suas obrigações financeiras com vencimentos nos mesmos prazos. Quando o índice apurado é inferior a 1,00, indica-se que a empresa não dispõe de recursos suficientes para quitar suas dívidas, o que pode comprometer a continuidade de suas operações, especialmente em horizontes de longo prazo, além de colocar em risco a adequada execução de contratos com duração prolongada.

**ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE - ILC:**

**FINALIDADE:** Evidenciar a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo, por meio da relação entre os ativos realizáveis nesse período e suas obrigações de curto vencimento. Um índice inferior a 1,00 indica que a empresa não possui recursos suficientes para honrar seus compromissos imediatos, o que pode comprometer a continuidade de suas operações.

**ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO - IE:**

**FINALIDADE:** Evidenciar o quanto a empresa depende de capital de terceiros para financiar suas atividades. O índice expressa a proporção do ativo total que está sendo financiada por recursos de terceiros, bem como, de forma complementar, a parcela financiada por recursos próprios. O parâmetro adotado — índice igual ou inferior a 0,50 — é considerado tecnicamente razoável e encontra ampla utilização em processos licitatórios, por refletir um nível saudável de alavancagem financeira.

**ESCLARECIMENTOS:**

Os índices estabelecidos estão em conformidade com o artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que possibilitam a verificação objetiva da situação econômico-financeira das empresas licitantes, por meio de cálculos previamente definidos e tecnicamente justificados. Tais parâmetros são comumente utilizados para aferir a capacidade financeira necessária ao cumprimento das obrigações contratuais, sem comprometer a competitividade do certame, já que foram fixados em níveis razoáveis e amplamente utilizados.

**JOAZ BATISTA**

Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Zeladoria



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 59**

**ANEXO IV**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026**

**PROCESSO SEI Nº 3530607.422.00016397/2026-72**

**Tipo de Licitação: Menor Preço**

**Repartição Interessada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA**

O **MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.523.270/0001-88, com sede nesta cidade, à Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 277, doravante denominada simplesmente **PREFEITURA**, e neste ato referendado pelo **Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Zeladoria, JOAZ BATISTA**, portador(a) da CIRG nº ..... e inscrito(a) no CPF/MF nº ....., em face do resultado obtido no **Pregão Eletrônico nº 50/2026**, objeto do procedimento SEI nº 3530607.422.00016397/2026-72, regularmente homologado pela autoridade competente, resolve registrar os preços para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANEJO ARBÓREO, COMPREENDENDO PODA, SUPRESSÃO, TRANSPLANTE E DEMAIS INTERVENÇÕES, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS**, destinado à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Zeladoria, oferecido pela empresa ....., estabelecida na ....., Inscrição Estadual nº. ...., neste ato representada por ....., inscrito no C.P.F/MF. sob nº. .... e portador da Cédula de Identidade R.G. nº. ...., observadas as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:**

**1.1 -** Constitui objeto deste instrumento, o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANEJO ARBÓREO, COMPREENDENDO PODA, SUPRESSÃO, TRANSPLANTE E DEMAIS INTERVENÇÕES, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS**, tudo na forma e especificações abaixo e demais elementos que compõe o Processo SEI nº 3530607.422.00016397/2026-72, o qual, doravante, fica fazendo parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, complementando-o em tudo quanto não conflitar com as normas legais que regem a matéria (Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 17.500, de 27 de junho de 2018, com suas alterações posteriores, Decreto Municipal 22.435 de 3 de janeiro de 2024 e Decreto Municipal 22.449 de 11 de janeiro de 2024).



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 60**

**1.2** - O valor total da presente Ata de Registro de Preços é R\$ xxxxxxxxxxxx (valor por extenso), referente ao valor global da proposta da empresa detentora da Ata, bem como planilha de composição de custos unitários.

**1.3** - A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata

**CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO:**

**2.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura e publicação.

**2.2.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

**2.3.** Além da prorrogação da vigência, poderá ser admitida a renovação do quantitativo, em conformidade com os princípios da publicidade, da transparência e da vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

**2.4** - A presente Ata de Registro de Preços vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº **50/2026**, **seus anexos**, e sua proposta em todos os seus termos.

**2.5** - As quantidades estimadas não obrigam a Administração ao seu consumo.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, FORNECIMENTO E EXECUÇÃO:**

**3.1.** A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) obedecer rigorosamente às especificações técnicas e exigências deste Edital, garantindo a substituição imediata dos equipamentos e caminhões, sem qualquer ônus para a Prefeitura, caso esteja em desacordo.

**3.2.** Mesmo na vigência do Registro de Preços a Prefeitura poderá promover, a seu critério, outros certames licitatórios para os mesmos equipamentos, desde que seja de interesse público.

**3.3.** Os serviços serão recebidos provisoriamente mediante comprovação do quanto foi realizado mensalmente, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 61

**3.3.1.** Os locais específicos de execução serão definidos pela Unidade Contratante, por meio de ordens de serviço ou instrumentos equivalentes, de acordo com a necessidade.

**3.3.2.** A detentora da Ata deverá dispor de meios adequados para atendimento em todo o território do Município, garantindo a execução dos serviços nos locais indicados, independentemente de sua localização.

**3.4.** Os serviços serão requisitados parceladamente de acordo com a necessidade desta Administração, mediante Ordem de Serviço, devidamente assinada por responsável da CONTRATANTE, onde será indicada a quantidade e local do serviço.

**3.5.** A detentora da ata deverá apresentar: responsável pelo recebimento dos pedidos a serem enviados pela Prefeitura de Mogi das Cruzes, endereço, telefone e e-mail para envio de pedidos, devendo manter estes dados atualizados durante toda a execução das Atas de Registro de Preços.

**3.6.** Qualquer alteração na prestação dos serviços, somente poderá ser realizada, quando previamente solicitada e, devidamente analisada e autorizada pela CONTRATANTE, desde que não se tenha influência na qualidade e preços contratados.

**3.7.** A empresa deve manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação nos termos do art. 92, inc. XVI da Lei 14.133/2021.

**3.8.** A execução dos serviços, bem como os prazos e demais quesitos, deverão ser cumpridos rigorosamente de acordo com o constante do **Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 50/2026**.

**3.9.** A empresa que descumprir tais exigências será apenada, nos termos da cláusula sexta desta Ata.

### **CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**4.1.** Os pagamentos serão efetuados no **prazo de até 30 (trinta) dias**, contados da data de entrega e atesto dos serviços pela Secretaria solicitante.

**4.2 -** As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para que providencie a sua correção. Neste caso, o prazo para pagamento terá sua contagem inicializada somente após a apresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida e aprovada pela Administração.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 62

**4.3.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços.

**4.4.** O PAGAMENTO será creditado em favor da empresa, através de ordem bancária, na entidade bancária indicada na proposta, cabendo ao interessado informar com clareza o nome do banco, assim como os números da respectiva agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**4.5.** A empresa obriga-se a manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas no aspecto jurídico e de qualificação técnica, econômica e financeira, bem como de regularidade perante o Fisco, quando das respectivas habilitações, sob pena de retenção do referido pagamento até sua efetiva regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital e Lei de Licitações.

**4.6.** Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

**4.6.1.** O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA – SMSUZ** por motivos imputáveis à Detentora da Ata.

**4.6.2.** Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA – SMSUZ** atestará a medição mensal, comunicando à Detentora da Ata, no prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados, para fins de pagamento.

### **4.7. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:**

**4.7.1.** Após o término de cada período mensal, a CONTRATADA deverá protocolar junto ao setor de protocolo da Prefeitura de Mogi das Cruzes, o relatório contendo as informações relacionadas, para efeito de pagamento dos serviços executados, em papel timbrado devidamente carimbado e assinado pelo representante legal em todas as folhas:

**4.7.2.** Requerimento em papel timbrado da empresa, para solicitação de liberação de pagamento de cada medição.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 63

**4.7.3.** Cópia de documento de identificação do Representante Legal;

**4.7.4.** Planilha geral de serviços, contendo os quantitativos totais mensais, acompanhado de relatório e cópia dos controles individuais (devendo estar explícito data, descrição do equipamento, serviços realizados, identificação e assinatura do usuário/conductor).

**4.7.5.** Demais exigências constantes do **Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 50/2026**, que ficam fazendo parte da presente independentemente de transcrição.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:**

**5.1** - Nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando a vigência do registro de preços superar o prazo de 12 (doze) meses, poderá ser concedido o reajuste de preços.

**5.1.1** - O reajuste será baseado no IPCA, ou outro índice oficial que o substitua.

**5.1.2** - O percentual do índice a ser aplicado no reajuste será o apurado após o 12º mês da data do orçamento estimado.

**5.2** - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o detentor do registro de preços, mediante requerimento comprovando a existência de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, o Município poderá adotar uma ou mais, simultaneamente, das seguintes opções:

**5.2.1** - Atualizar os preços registrados, de acordo com a realidade do mercado.

**5.2.2** - Convocar os demais licitantes visando igual oportunidade de negociação.

**5.3** - Na hipótese de não comprovação de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela autoridade competente e a detentora deverá cumprir com as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021.

**5.4** - Eventual pedido de realinhamento de preços não suspende o



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 64

fornecimento dos equipamentos cujas Autorizações de Fornecimento já tenham sido encaminhadas ao fornecedor.

**5.5** - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de 60 (sessenta) dias.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES:**

**6.1** - Os licitantes serão responsabilizados pelas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021:

- I - dar causa à inexecução parcial Ata de Registro de Preços;
- II - dar causa à inexecução parcial Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total Ata de Registro de Preços;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato (Ata de Registro de Preços) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução Ata de Registro de Preços;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução Ata de Registro de Preços;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**6.2** - Pelas infrações previstas no **item 6.1** serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – Multa;
- III – Impedimento de licitar ou contratar;
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.





---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 65

**6.2.1** - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na infração de inexecução parcial Ata de Registro de Preços;

**6.2.2** - A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no **item 6.1**, observados os seguintes limites máximos:

**a)** Nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, a título moratório, o importe de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do material ou serviço, até o limite de 30 (trinta) dias e, cumulativamente, a título compensatório, o importe de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor do contrato ou documento equivalente;

**b)** Pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do pedido;

**c)** Em caso de não entrega do objeto ou rescisão da Ata de Registro de Preços por culpa da Detentora da Ata: 20% (vinte por cento) do valor do pedido.

**6.2.3** - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 6.1 deste edital.

**6.2.4** - A sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando da ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 20.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no item 6.2.3 deste edital.

**6.3** - Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º:

**a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;  
**b)** as peculiaridades do caso concreto;  
**c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;  
**d)** os danos que dela provierem para a administração pública;  
**e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**6.4** - A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

**6.5** - As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 66

a sanção de Multa.

**6.6** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**6.7** - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora ou contratado o contraditório e ampla defesa.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES:**

#### **7.1 - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**7.1.1** - A empresa deverá receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas na Ata;

**7.1.2** - A empresa receberá o atesto pelo recebimento do objeto contratado após verificação das especificações;

**7.1.3** - A empresa receberá formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução do registro de preços, até para que a empresa possa proceder às correções cabíveis;

**7.1.4** - A empresa receberá o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento;

**7.1.5** - A empresa cumprirá fielmente as obrigações assumidas, conforme as especificações no Edital, no Termo de Referência e na proposta de preços apresentada pela empresa, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para entregar os equipamentos licitados no prazo, em local e horário indicados;

**7.1.6** - A empresa arcará com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião da entrega dos objetos licitados no local indicado, incluindo os possíveis danos causados por transportadoras, sem qualquer ônus ao contratante, ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

**7.1.7** - A detentora da Ata prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura, credenciando junto ao Órgão um representante para prestar os



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 67

devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;

**7.1.8** - A detentora da Ata comunicará a à Administração por escrito quando por problemas técnicos os prazos citados na Ata não puderem ser cumpridos, cabendo a este Poder aceitar ou rejeitar as justificativas;

**7.1.9.** No que for pertinente, a empresa deverá se ater as disposições da Lei Federal 13.709/18 - LGPD - quanto a proteção dos dados tanto da Prefeitura quanto dos beneficiários.

**7.1.10** - A empresa compromete-se a manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que sejam compatíveis com as obrigações a serem assumidas.

**7.1.11** - Executar as demais obrigações definidas no **Termo de Referência anexado ao Pregão Eletrônico nº 50/2026.**

### **7.2. OBRIGAÇÕES DA MUNICIPALIDADE:**

**7.2.1** - Expedir a respectiva Ordem de Serviço;

**7.2.2** - Manter a fiscalização necessária para acompanhamento dos serviços;

**7.2.3** - Efetuar os pagamentos que forem devidos à CONTRATADA, observadas as condições estabelecidas neste Contrato (Ata de Registro de Preços) e nos elementos que o integram;

**7.2.4** - Comunicar à empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**7.2.5** - Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços e o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, informando-a sempre que notar falhas no sistema de execução dos serviços contratados;

**7.2.6** - Nomear servidor para exercer a função de gestor da Ata de Registro de Preços, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem a responsabilidade do órgão fiscalizador deverão ser direcionadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis;



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 68

**7.2.7** - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela detentora da Ata com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**7.2.8** Executar as demais obrigações definidas no Termo de Referência anexado ao **Pregão Eletrônico nº 50/2026**, que ficam fazendo parte do presente independentemente de transcrição.

### **CLÁUSULA OITAVA - DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR:**

**8.1** - A contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor designado para tal pela Administração;

**8.2** - A Fiscalização poderá rejeitar, no todo ou em parte, os fornecimentos realizados, se em desacordo com o Termo de Referência;

**8.3** - Nos termos da Lei nº 14.133/2021, caberá:

**8.3.1** - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ata ou contrato decorrente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**8.3.2** - Receber e atestar a nota fiscal/fatura referente à aquisição dos equipamentos, encaminhando-a ao setor responsável para pagamento;

**8.3.3** - Emitir pareceres (ou documentos equivalentes) em todos os atos relativos à execução dos fornecimentos, em especial no tocante à eventual aplicação de sanções;

**8.4** - A fiscalização de que trata este item não exclui e nem reduz a responsabilidade da detentora da ata, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

**8.5** - Os fornecimentos deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

**8.6** - A detentora da ata será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 69**

verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**8.7** - O fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da Ata de Registro de Preços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

**8.8** - Somente o detentor da ata de registro de preços será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata de Registro de Preços (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

**8.9** - A inadimplência da detentora da Ata em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou documento equivalente (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**8.10** - As comunicações entre o órgão ou entidade e a detentora da Ata devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**8.11** - A Atuação do Gestor da Ata deverá ser conforme os art.20 a 21 do Decreto 22.449/2024 disponível no link: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/mogi-das-cruzes/decreto/2024/2245/22449/decreto-n-22449-2024-proc-n-2555-2023-1doc>.

**8.12** - A gestão da Ata de Registro de Preços ficará sob responsabilidade do servidor: xxxxxx

**CLÁUSULA NONA - DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL**

**9.1** - A empresa ficará obrigada a executar os fornecimentos indicados pela **Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Zeladoria**, conforme consta na cláusula primeira, rigorosamente de acordo com as especificações, tendo como Fiscal o servidor municipal: xxxxxx.

**9.2** - A atuação do Fiscal deverá ser exercida em conformidade com o disposto nos art. 22 a 23 do Decreto 22.449/2024 disponível no link: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/mogi-das-cruzes/decreto/2024/2245/22449/decreto-n-22449-2024-proc-n-2555-2023-1doc>.

**9.3 - Compete ao fiscal:**

**9.3.1** - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor da Ata de Registro



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 70

de Preços, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

**9.3.2** - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexactidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução da Ata de Registro de Preços, determinando prazo para a correção;

**9.3.3.** Informar ao gestor da Ata de Registro de Preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**9.3.4.** Comunicar imediatamente ao gestor da Ata de Registro de Preços quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução dos serviços nas datas aprazadas;

**9.3.5.** Demais ações previstas no Decreto Municipal 22.449/24.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE TRABALHISTA E DA CONDIÇÃO PARA PAGAMENTO**

**10.1.** A **detentora da Ata** obriga-se a manter e a apresentar à fiscalização do MUNICÍPIO, mensalmente, antes da data prevista para o repasse de recursos financeiros, ou a qualquer tempo quando solicitada, sob pena de imediata suspensão dos pagamentos, toda a documentação comprobatória do integral cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de todos os seus empregados alocados, direta ou indiretamente, na execução do objeto deste instrumento.

**10.2.** A comprovação de que trata o item anterior deverá ser feita mediante a apresentação de cópias legíveis dos seguintes documentos, em relação à folha de pagamento do mês de competência anterior ao do repasse, sem prejuízo de outros que a fiscalização do MUNICÍPIO julgue necessários para a cabal verificação da regularidade:

- a)** Registro de ponto individualizado dos empregados;
- b)** Recibos de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário, devidamente assinados pelos empregados;
- c)** Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) ou documento equivalente do eSocial, com o respectivo comprovante de quitação bancária;
- d)** Recibos de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional constitucional, quando for o caso;
- e)** Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) dos empregados dispensados no período, acompanhados dos comprovantes de pagamento das verbas rescisórias e da guia de recolhimento da multa do FGTS;
- f)** Comprovantes de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, ou



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 71

de outros benefícios previstos em acordo ou convenção coletiva de trabalho aplicável à categoria.

**10.3.** A não apresentação da documentação listada no prazo estipulado, ou sua apresentação de forma incompleta, irregular ou com indícios de fraude, acarretará, de pleno direito e independentemente de notificação prévia, a **SUSPENSÃO IMEDIATA** de todos os pagamentos e repasses de recursos devidos pelo MUNICÍPIO no âmbito deste ajuste, até a completa regularização da pendência, a critério exclusivo da fiscalização. A referida suspensão não gerará direito à CONTRATADA a qualquer tipo de reajuste, correção monetária, juros ou indenização por parte do MUNICÍPIO, configurando-se como exercício regular de direito da Administração Pública.

**10.4.** A fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO e a exigência de apresentação dos documentos aqui previstos não excluem, não diminuem, não compartilham nem transferem a responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento. A atuação do MUNICÍPIO tem caráter meramente acautelatório, visando a mitigar os riscos de sua responsabilização subsidiária ou solidária por eventuais inadimplementos de terceiros, em conformidade com o seu poder-dever de fiscalização e tutela do erário.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESERVA DE CARGOS:**

**11.1** - A detentora da Ata deverá cumprir com a reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, sob pena de cancelamento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ANTICORRUPÇÃO:**

**12.1** - Para a execução deste contrato (Ata de Registro de Preços), nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato (Ata de Registro de Preços), ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS:**



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 72**

**13.1** - O Município de Mogi das Cruzes poderá, a qualquer tempo, cancelar o Registro de Preços, no interesse público, sem que caiba direito a indenização de qualquer espécie, em especial quando os preços se apresentarem superiores aos praticados no mercado, ou pelo fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do presente instrumento, observadas as disposições legais pertinentes;

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**14.1** - As despesas decorrentes da presente contratação serão suportadas por **Recursos Próprios**, sendo que na expedição da Nota de Empenho, ou documento equivalente, serão informadas as fichas orçamentárias e os respectivos vínculos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO:**

**15.1** - As partes elegem o Foro da Comarca de Mogi das Cruzes - SP como seu domicílio legal, para qualquer procedimento decorrente do cumprimento desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem certos e ajustados, foi lavrado este instrumento em 1 (uma) via, digitada apenas no anverso, assinada a última folha e rubricadas as anteriores, ficando com a Administração, tudo na presença das duas testemunhas abaixo, para que surta todos os efeitos legais (acesso público pelo site [www.mogidascruzes.sp.gov.br](http://www.mogidascruzes.sp.gov.br)). Lavrado e registrado, nesta data, na Secretaria de Governo e Transparência.

**MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**, em .... de ..... de 2026.

**JOAZ BATISTA**

Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Zeladoria

**EMPRESA**

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

---

**Prefeitura de Mogi das Cruzes**

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes





**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 73**

**ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**CADASTRO DE RESERVA**

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com **preços iguais aos do adjudicatário**:

<b>Fornecedor:</b> _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
Item	Nomenclatura	Unidade	Valor Mensal (R\$)	Valor Global (R\$)

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original**:

<b>Fornecedor:</b> _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
Item	Nomenclatura	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 74**

**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)**

**CONTRATANTE:** \_\_\_\_\_

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** \_\_\_\_\_

**OBJETO:** \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ajuste acima referido, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pelo CONTRATANTE e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

---

**Prefeitura de Mogi das Cruzes**

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 75**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pela Contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela Contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados

---

**Prefeitura de Mogi das Cruzes**

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



# **MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 76**

relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - FLS. Nº 77**

**ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP**

**CONTRATANTE:** \_\_\_\_\_

**CNPJ Nº** \_\_\_\_\_

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_

**CNPJ Nº:** \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** \_\_\_\_\_

**DATA DA ASSINATURA:** \_\_\_\_\_

**VIGÊNCIA:** \_\_\_\_\_

**OBJETO:** \_\_\_\_\_

**VALOR (R\$):** \_\_\_\_\_

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supraepigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supraepigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a)** memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b)** orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c)** previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d)** comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e)** as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

**MOGI DAS CRUZES**, em ... de ..... de 2026.

**JOAZ BATISTA**

Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Zeladoria

---